SENTIDOS SOBRE CORPO, ESTUPRO E INTERDIÇÃO EM “SOL, LUA E TÁLIA”

FERNANDA SURUBI FERNANDES¹

Universidade Estadual de Goiás – UEG
Unidade Universitária de Iporá
Rua 2. Quadra 1, Jardim Novo Horizonte II – Iporá-GO – 762000-000 - Brasil

fernanda.fernandes@ueg.br

Resumo: *Este estudo possui como objetivo analisar o funcionamento discursivo do estupro no conto “Sol, Lua e Tália” de Basile (1634), numa relação entre corpo, memória e interdição. Os sentidos produzidos pela análise colocam em funcionamento uma relação de poder e de sentidos sobre os sujeitos, através de comportamentos que marcam na posição sujeito-mulher uma interdição do desejo. Nessa relação, é no/pelo corpo que esses sentidos se constituem, numa projeção da violência e da interdição, marcados pelos modos de dizer o estupro, sempre de outro modo, como “colheu dela os frutos do amor”, como “posse de meu território”.*

Palavras-chave: *Discurso; Conto; Corpo; Memória.*

Abstract: *This study aims to analyze the discursive functioning of rape in Basile's short story “Sol, Lua e Tália” (1634), in a relationship between body, memory and interdiction. The senses produced by the analysis put into operation a relationship of power and senses over the subjects, through behaviors that mark the interdiction of desire in the subject-woman position. In this relationship, it is in / through the body that these senses are constituted, in a projection of violence and interdiction, marked by the ways of saying rape, always in another way, as “colheu dela os frutos do amor”, as “posse de meu território”.*

Keywords: *Discourse; Tale; Body; Memory.*

INTRODUÇÃO

Discutir sobre o corpo como objeto discursivo tem sido um foco de pesquisa para a Análise de Discurso (FOUCAULT, 2008; FERREIRA, 2013; ORLANDI, 2017), em que o compreende como um processo em constituição, uma projeção histórica e social, um lugar de poder dizer e se significar, ou seja, “[...] o corpo é tanto uma linguagem, como uma forma de subjetivação e, por isso mesmo, tem relação estreita com o discurso.” (FERREIRA, 2013, p. 77)

¹ Doutora em Linguística pelo Programa de Stricto Sensu em Linguística, da Universidade do Estado de Mato Grosso - PPGL/UNEMAT. Docente da Universidade Estadual de Goiás - UEG.

O corpo, principalmente o corpo feminino², vivencia desde sempre uma formação contraditória nos processos históricos, ideológicos e sociais. Há momentos em que o corpo deve ser velado, silenciado, não deve ser visto, não deve ser exposto, em outros, há o aumento da nudez, da exposição maior em diferentes mídias.

A partir do século XX, o corpo sexuado foi objeto de cuidados. “Cada um o exhibe, o corpo está onipresente no espaço visual, ocupa igualmente um papel sempre maior nas representações tanto científicas como midiáticas.” (SOHN, 2011, p. 109).

Trata-se de um processo contraditório, pois, ao mesmo tempo que mostrar o corpo pode significar liberdade, também pode mostrar a objetificação da mulher, portanto, sua submissão. Esse batimento é constante na história da mulher, produzindo efeitos, dependendo das condições de produção, em cada gesto de interpretação, em que a exposição ou não do corpo a constitui.

Essa contradição coloca em funcionamento como o corpo é significado de diferentes formas, afetando a constituição dos sentidos e dos sujeitos. Segundo Orlandi, o corpo do sujeito é afetado através do gesto de interpretação.

Do gesto de interpretação do sujeito, de sua “presença”, resultam os efeitos de sentido que o afetarão: em sua subjetividade, em seu corpo, em seu modo de significação. E é nestas condições que a memória funciona na relação com o desejo do sujeito: repetição ou ruptura. (ORLANDI, 2017, p. 74).

Orlandi dá visibilidade aos modos como o dizer, pela memória, coloca em funcionamento os desejos do sujeito. Nessa relação, o corpo se constitui, para este estudo, como um objeto simbólico que constitui sujeitos e sentidos, no caso em estudo, na relação com a mulher e a violência.

A partir desse posicionamento, este estudo buscou analisar os sentidos materializados na/pelo estupro no conto “Sol, Lua e Tália” de Basile (1634, apud VOLOBUEF, s/d)³, numa relação entre corpo e memória.

Nesse caso, é no corpo, tomado enquanto forma material, em que os sentidos se materializam, constituindo um modo de olhar para o estupro, que produz como interdição, que silencia a condição feminina como alguém que não tem voz e vez, pois a mulher é colocada em segundo plano, tendo, suas vontades, seus desejos silenciados, mas materializados no corpo da língua, pois é “[...] no esquecimento que se movimentam os sentidos, e não no já-dito, lembrado e arquivado, já significado. Na presença, o [...] corpo memória, aflui e significa.” (ORLANDI, 2017, p. 74).

Nesse aspecto, analisa-se no conto de Basile como se materializam na língua sentidos de violência em que da mulher é subtraída à vontade, o desejo, sendo levada, pelas condições de violência, a uma realidade que a coloca à mercê da própria sorte.

² Na constituição da compreensão do corpo violado, há o corpo violador. Entretanto, neste estudo, ocupamo-nos do corpo da mulher, que é o corpo violado, que está em sofrimento.

³ Neste estudo, faz-se uso da tradução feita por Karin Volobuef.

SOL, LUA E TÁLIA”: PROCESSOS HISTÓRICO E SOCIAL SOBRE O SUJEITO-MULHER

O conto “Sol, Lua e Tália” (BASILE, 1634) constitui uma versão não muito conhecida de um clássico conto de fadas, a Bela Adormecida, que possui diversas versões, como as de Perrault, (1697), a dos Irmãos Grimm (1812), e ainda outras que são produzidas a partir de uma memória discursiva⁴, que se atualiza nas formulações de diferentes versões⁵.

Essa versão, diferentemente das demais, conta com uma cena de estupro, marcada pelo seu modo de dizer, ou seja, o estupro é dito de outro modo materialmente, o que, por si só, leva-nos a questionar o amplo processo de silenciamento⁶ dessa prática nessas narrativas, que, no início, não eram voltadas ao público infantil, uma vez não haver, naquele momento de suas produções, a definição de infância, tal como temos hoje, pois eram escritas para funcionar como forma de entretenimento para as pessoas da corte.

O conto “Sol, Lua e Tália” apresenta a personagem Tália, filha de um rei, que, ao nascer, foi levada a um oráculo para que sábios e adivinhos previssem seu futuro. Desse modo, os sábios previram que haveria um grande perigo na vida da princesa, que se feriria com uma farpa de linho, que a levaria a morte. Sendo assim, o rei buscou proteger a filha de todas as maneiras, mas não conseguiu evitar que Tália espetasse o dedo e morresse em decorrência do ferimento: “Mas, por desgrça, uma farpa lhe entrou na unha e instantaneamente ela caiu morta ao chão” (BASILE, apud VOLOBUEF, s/d, p. 1).

Observa-se a ameaça da morte, sendo concretizada, pois, mesmo o pai realizando todo possível, não há como fugir dela, funcionamento que coloca os sentidos de destino e de uma impossibilidade de mudá-lo. Ou seja, desde o início de sua vida, Tália tem seu destino traçado, e a relação com o destino se significa, nesse caso, como uma interdição aos desejos de Tália, que desde sempre é condicionada a viver com medo, cercada, protegida, colocando-a no papel da donzela em perigo, personagem clássico dos romances históricos. Esse modo de significar a personagem já a constitui como um sujeito que não tem direitos, que é tomado pelas suas condições de produção e como tal deve se adequar, não dando margem para qualquer explicitação de suas vontades, pois é tomada pelo medo e amor do pai em perder sua filha.

Desse modo, seguindo a narrativa, o pai, desolado pela perda filha, abandona o castelo e vai embora, antes, porém, coloca o corpo de Tália em uma poltrona que funciona como se fosse um trono, e a deixa no castelo, partindo para outras terras em busca de esquecer seu infortúnio. O conto não precisa quanto tempo se passa até que Tália seja encontrada por um rei, do mesmo modo que seu pai a deixou. É desse modo

⁴ De acordo com Orlandi (2007a), a memória discursiva se constitui por formulações já feitas, ditas e esquecidas, que são retomadas no processo de atualização.

⁵ Dentre as versões atuais, temos os filmes da Disney versão de 1959, e a mais atual: *Malévola* (*Malificent*, 2014), que foca na história da vilã.

⁶ Orlandi (2007b) compreende o conceito de silenciamento, também chamado de política do silêncio, como o silêncio constitutivo, em que para se dizer algo, silencia-se/apaga-se outros dizeres, e o silêncio local, que é a proibição do dizer, a censura.

que um outro rei encontra Tália, que está “como que encantada”, amaldiçoada pela morte/sono profundo. Nessa direção, o rei, achando que a princesa dormia, tentou acordá-la de todas as maneiras, mas não conseguindo e invadido por um enorme desejo pela jovem bela adormecida, não resistiu e “colheu dela os frutos do amor”. O desejo do rei é realizado, essa realização produz também um efeito de interdição do desejo de Tália, que morta não tem como externar suas vontades, ficando a mercê do desejo de outro.

Após o ato, o rei a deixou no castelo, indo embora e esquecendo-se do que aconteceu. Ocorre que no ato de estupro, o rei engravidou Tália, que nove meses depois deu à luz a um casal de gêmeos. Os bebês famintos, ao buscaram pelo seio da mãe, retiram-lhe a farpa do dedo e despertam-na da morte/sono profundo, ou seja, Tália é livre da maldição quando os dois filhos realizam o ato da amamentação.

A narrativa expõe que Tália fica feliz ao ver os filhos, amamenta-os e fica intrigada pelo que lhe aconteceu. Mas, é o rei quem retorna, depois de muito tempo, ao castelo e lhe conta o ocorrido, estabelecendo com ela e com os filhos uma relação de amizade e união:

Um dia o rei se recordou da aventura com a bela adormecida e, aproveitando a ocasião de uma nova caçada naqueles lugares, veio vê-la. E, tendo-a encontrado desperta e com aqueles dois prodígios de beleza, sentiu um enorme contentamento. Contou então a Tália quem ele era e o que tinha acontecido; e criou-se entre eles uma grande amizade e união, e ele ficou muitos dias em sua companhia. (BASILE, apud VOLOBUEF, s/d, p. 2).

Pelo modo como se dá a narrativa, percebe-se que toda a violência praticada pelo rei é subsumida pelo efeito produzido pela história de amor e amizade, pois o rei conta para Tália o que ocorreu, mas o que se cria entre eles é uma “grande amizade e união”, de modo que ele fica muitos dias no castelo, em companhia dela e dos filhos. Ou seja, o fato de ele tê-la possuído inconscientemente (morta ou em um sono encantado) é apagado para reinar entre eles um encontro feliz de uma mulher com o pai dos seus filhos.

Desse modo, a noção de família subsume toda a violência praticada, visto que é silenciada em nome dos filhos que os ligam de forma amorosa, “estabelecendo uma grande amizade e união”, apagando também o fato de o rei ser casado. Assim, no ápice do conto, Tália e seus filhos gêmeos, Sol e Lua, são ameaçados pela rainha, esposa do rei, que envia o secretário, primeiro para buscar os filhos, e depois Tália com a desculpa de que era o rei quem a chamava.

Em frente à rainha “Tália começou a desculpar-se, dizendo que a culpa não era sua e que o marido tinha tomado posse de seu território enquanto ela estava adormecida” (BASILE, apud VOLOBUEF, s/d, p. 3). A rainha, contudo, não busca justificativas sobre o ocorrido, produzindo o efeito da mulher traída e da mulher vingativa, quer descontar, apenas em Tália, a traição sofrida. Vemos, então, que a vingança não é direcionada ao marido, produzindo como efeito a maldade, de ódio de uma mulher por outra, marcando, nesse triângulo amoroso, a passagem da condição de

vítima para a de vilã, imputada à Tália, pela rainha, que apaga, com esse gesto, a traição praticada pelo homem.

Nessa direção, o conto coloca em funcionamento sentidos que apagam/naturalizam as ações praticadas pelos homens e acirram as disputas e competições entre as mulheres. Desse modo, mais sério que a reação da rainha é a de Tália, que, agora com dois filhos, aceita o rei sem questionar os modos como ele a possuiu. Podemos questionar até que ponto ocorre esse aceite, pois há desejos que provavelmente foram cerceados, desde o início com o pai, que a superprotegeu para que nenhum perigo lhe ocorresse, e agora é tomada por outro, que lhe apresenta uma situação em andamento, ou seja, desde cedo não há escolha, liberdade, e com o estupro, condiciona-a a uma situação já constituída e estabilizada.

São sentidos que se colocam em funcionamento pelo conto, mas que marcam por modos históricos de dominação do homem sobre a mulher, pois o rei, cedendo aos seus impulsos sexuais, “colhe de Tália os frutos do amor”, engravidando-a, traindo, assim, a esposa. Os modos de imposição do homem (do rei) com relação às mulheres (Tália e a esposa) é marcado tanto pelo sexo não consentido com Tália quanto pelo adultério, visto que o rei satisfaz a tentação, que se constitui como naturalizada para o homem, com outra mulher que não a sua.

No processo de disputa de duas mulheres (a esposa e a outra) pelo amor do homem, no final do conto, a rainha se vinga tentando fazer o rei comer os próprios filhos assados, o que só não ocorre em razão da bondade do cozinheiro, que salva as crianças de tal destino:

Enquanto o rei dizia estas palavras, a mulher do cozinheiro, que viu os apuros do marido, trouxe Lua e Sol para diante do pai, o qual, abraçado a eles, distribuía um redemoinho de beijos a um e a outro. E, tendo dado uma grande recompensa ao cozinheiro e feito-o ajudante de câmara, tomou Tália como esposa, a qual gozou uma longa vida com o marido e os filhos, aprendendo que de um modo ou de outro *aquele que tem sorte, o bem mesmo dormindo, obtém*. (BASILE, apud VOLOBUEF, s/d, p. 3-4, grifos do autor).

O efeito produzido pelo gesto do cozinheiro reforça a lealdade e cumplicidade masculinas, enquanto acentua a deslealdade e competição femininas.

A sequência do conto dá a ver os efeitos de retaliação sofrida pela mulher do rei, que sai da condição de vítima de traição para a de vilã: tentativa de matar os filhos do rei e a própria Tália, pois a rainha tenta queimá-la, mas é ela mesma a morrer queimada. Nessa direção, o rei casa-se com Tália e tem o final feliz, encerrando o conto com uma lição de moral – “aquele que tem sorte, o bem mesmo dormindo, obtém” – que na evidência produz efeitos de que o que ocorreu com Tália foi uma grande sorte, uma benção, silenciando novamente o ato de estupro ocorrido, pois Tália casa-se com seu estuprador e vive feliz ao seu lado.

Este conto materializa sentidos constituídos através de uma memória discursiva, em que, ao falar do conto da Bela Adormecida, sentidos sobre ele já se apresentam como um já dado, já estabelecido.

O ESTUPRO EM “SOL, LUA E TÁLIA

Para efeito de análise, apresentamos alguns recortes que materializam a violência presente no texto:

O rei, acreditando que ela dormia, chamou-a. Mas, como ela não voltava a si por mais que fizesse e gritasse, e, ao mesmo tempo, tendo ficado excitado por aquela beleza, carregou-a para um leito e **colheu dela os frutos do amor**, e, deixando-a estendida, voltou ao seu reino, onde por um longo tempo não se recordou mais daquele assunto. (BASILE, apud VOLOBUEF, s/d, p. 1, grifos nossos).

De acordo com Orlandi (2005), o que há são versões, pois as versões são gestos de interpretação para que o mundo faça sentido. Nessa versão temos a constituição da violência a partir de uma autoridade, o rei. Este se sente no direito de ter seus desejos realizados. Essa noção de autoridade condiz com as condições de produção da narrativa, que mesmo produzida após o fim da Idade Média, ainda constitui um sujeito submetido à religião.

Essas condições colocam em funcionamento o modo como o corpo é significado de diferentes formas, afetando a constituição dos sentidos e dos sujeitos. Assim, para Orlandi (2012), o corpo é afetado por gestos de interpretação do sujeito:

Não há corpo que não esteja investido de sentidos, e que não seja o corpo de um sujeito que se constitui por processos nos quais as instituições e suas práticas são fundamentais para a forma com que ele se individualiza, assim como o modo pelo qual, ideologicamente, somos interpelados em sujeitos, enquanto forma sujeito histórica [...]. (ORLANDI, 2012, p. 93).

O corpo do sujeito é interpelado pelas condições de produção, é posição entre outras, é constituído na relação entre língua e memória, entre o dito e não-dito, entre o que é posto em evidência e o que é silenciado.

Nessa direção, o corpo de Tália é atravessado pelas condições de produção nas quais está inserido, vemos na narrativa, que o rei se coloca como aquele que tem autoridade, portanto, direitos. Essa noção constitui o modo como o rei, por ficar excitado se sente no direito de “colher” os frutos do amor, colocando o corpo de Tália enquanto um corpo-objeto, corpo-desejo de outro, pois se compreende que o estupro ocorre durante a morte/sono da personagem, que estava impedida de manifestar qualquer reação à investida do rei, interditando suas vontades e escolhas.

Em outras palavras, o modo como o rei, ao encontrar o corpo da jovem, se autoriza ao direito de realizar o ato sexual, marca-se pela textualização do discurso machista e de poderio do sexo masculino: “Mas, tendo ficado excitado por aquela beleza”.

Comprendemos que corpo significa no ato de violência, no estupro, que coloca o corpo da mulher constituído em sua opacidade, como não transparente, pois, as discursividades sobre a violência e o ato do estupro projetam e constituem sentidos

sobre o corpo, mais do que lugar onde se materializa a violência, é um corpo que pode falar e calar. Nessa perspectiva, pensamos sobre os modos como o estupro materializa sentidos e constitui o sujeito-mulher interpelada pelas condições de violência.

Essas condições que relacionam a história, a ideologia e o social, pois, “[...] em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 2008, p. 118), o corpo é interpelado desde cedo pelas instituições que o constituem, e o corpo feminino também se coloca nessas relações marcadas historicamente.

Para o autor, o corpo é interpelado pelas relações de poder ou “mecanismos do poder”, a partir de novas formas de saber. É um corpo manipulado por uma autoridade, condicionado a ser útil. É submetido, moldado para o uso de outro.

Nessa direção, o rei se coloca no lugar da legitimação, do direito, ao excitar-se com o corpo de Tália, e, destarte, quis o ato sexual, mas o modo como Tália se encontra não permite que esta diga não, como também diga sim, compreendemos, dessa forma, que o rei não obteve consentimento, pois Tália estava morta/adormecida, mesmo assim “colheu dela os frutos do amor”.

Na história do estupro, Vigarello (1998) afirma que o consentimento e não-consentimento é algo sempre questionado quando a mulher denuncia o estuprador. A mulher deveria mostrar no corpo, e nos gritos, marcas de resistência, e ainda sim, em muitos casos, o estupro seria questionado por não haver testemunhas, favorecendo o agressor. No caso de Tália, é como se o fato de estar inconsciente produzisse efeito de culpabilização da vítima pela violência sofrida.

O conto produz outro modo de dizer sobre o ato não consentido quando, produzindo sentidos de justificativa, afirma que o rei chamou-a, gritou, “Mas, como ela não voltava a si [...]” realizou o ato, pois, “tendo ficado excitado”, viu-se no direito de satisfazer seu desejo, mantendo relações sexuais com uma jovem que estava morta/adormecida.

Nesse aspecto, o funcionamento de **mas** não é o de uma oposição, mas de uma justificativa, uma vez que sustenta e ameniza o caráter ignóbil do ato empreendido pelo rei. O **mas** sustenta o porquê do estupro, como se isso pudesse colocar o ato em outra condição: a da evidência do porquê, da aceitação, pois o fato dela não voltar a si, a culpabiliza pela violência, podemos parafrasear com: “**porque** ficou excitado”.

Esse funcionamento caracteriza também as condições de produção do conto, durante o século XVII, em que a mulher ainda não possuía os direitos dos dias de hoje, mais que isso, questões sobre a violência ainda continuam a significar em diferentes condições, por formações imaginárias que produzem sentidos que se reiteram, e se repetem.

Para Orlandi (2007a), as formações imaginárias referem-se às posições que os sujeitos assumem, no caso, as mulheres ainda são constituídas por um imaginário de dominação masculina.

Na história de violência contra a mulher, observam-se momentos em que a sua violação é considerada como uma consequência direta da sua falta de cuidado, das suas vestes, da sua sensualidade, da sua beleza, assim, o direito da violação torna-se legitimado, pois, segundo Perrot (2015, p. 45), o estupro constitui-se como “[...] um rito de iniciação masculina tolerado [realizado?] na Idade Média [...] Infeliz daquela que se deixa capturar”.

Nesse entendimento, no conto de Basile, é a mulher que se encontra em situação vulnerável (morta), é ela que não acordava de jeito nenhum e que dá as condições de produção de discursos em que a mulher é a total responsável pelo ato de violência praticado contra ela, pois o homem, o rei, excitou-se com sua beleza e “colheu dela os frutos do amor”.

Em outras palavras, o poder dado ao sexo masculino – no conto, o poder da realeza – o autoriza a tomar a mulher, em situação vulnerável (morta/adormecida), e justificar, por essas condições dadas, o estupro de uma vítima indefesa, ou seja, durante a história das mulheres, a “[...] virgindade das moças pertence[u] aos homens que a cobiçam. Mais mito do que realidade, o direito do senhor feudal de deflorar a mulher do servo não deixa de ser rico de significação.” (PERROT, 2015, p. 65). A autora mostra que na história, não há nada que confirme o direito de defloração da mulher, do servo ao senhor feudal, mas esse “mito” faz refletir sobre como o direito masculino à defloração é algo hierarquizado pelo poder entre os próprios homens, o que é também materializado no conto de Basile.

Do mesmo modo, a referência à beleza feminina, exaltada e usada como justificativa para o estupro, no conto, está sempre relacionada ao amor e às relações matrimoniais, que também se marcam por uma dissimetria, “[...] uma troca desigual em que o homem se reserva o papel de sedutor ativo, enquanto sua parceira deve contentar-se em ser o objeto da sedução [...]” (PERROT, 2015, p. 50).

Esse modo de dizer, falando do estupro em nome do amor, apaga o fato de que não houve consentimento, não houve a possibilidade da resistência, não houve escolha por parte da figura feminina, silenciando, inclusive, pelas relações de poder, a sujeição do corpo feminino ao masculino.

Compreende-se, então, que o corpo é significado, enquanto materialidade simbólica, nas/pelas relações de violência, ou seja, o corpo feminino foi/e é subjugado, moldado e violentado em sua própria constitutividade, pois, apagam-se seus desejos, vontades e prazer no ato de estupro.

O funcionamento da expressão “colheu dela os frutos do amor” metaforiza-se o estupro, silenciando-o, mas produzindo efeitos. Nesse processo, as “[...] palavras remetem a discursos que derivam seus sentidos das formações discursivas, regiões do interdiscurso que, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas” (ORLANDI, 2007a, p. 80). Nesse aspecto, os sentidos estão relacionados a uma memória de dominação sobre o corpo feminino, que de certa forma legitima esse modo de dizer, romantizando os sentidos, e silenciando a violência.

Para efeito de análise, apresentamos uma substituição entre a expressão “colheu dela os frutos do amor” por outros termos, para observar a relação entre paráfrase e polissemia.

[...] carregou-a para um leito e **colheu dela os frutos do amor** [...]
[...] carregou-a para um leito e **a estuprou** [...]
[...] tinha tomado **posse de seu território** enquanto estava adormecida

Nessas formulações, coloca-se em funcionamento uma memória discursiva sobre a violência contra a mulher e o seu corpo. É daí, então, que resulta processo de significação que faz falar na língua algo que é da ordem de uma exterioridade, de uma memória, convocando a tensão entre a paráfrase e a polissemia (ORLANDI, 2007a), pois é na repetição de um já-lá (paráfrase) que o sentido novo se instala (polissemia), assim, o sentido pode sempre ser outro, mesmo na repetição, visto que, ao repetir, ocorre a instalação do inusitado, pois a língua não é transparente e, por sua opacidade, abre-se permanentemente à equivocidade, à deriva, aos deslocamentos.

Destarte, pela relação parafrástica, observamos como os sentidos são os mesmos e são diferentes, pois, na primeira formulação os sentidos são suavizados pelo modo de dizer, já na segunda o estupro é colocado em evidência, e na terceira, o estupro é metaforizado pelo poder do rei. Entretanto, há uma relação que se constitui numa rede de filiações que produz efeitos de unidade, pois as três formulações significam a posse do corpo feminino. Há, nesse processo, então, um movimento no modo de significar, marcado por três pontos principais:

[...] a. seu apagamento por uma memória já estabelecida dos sentidos (o já-dito), b. a resistência ao apagamento e a consequente produção de outros sentidos; e c. o retorno do “recalque” (ou seja, do que foi excluído pelo apagamento) sobre o mesmo, deslocando-o. Esse é para nós um movimento regular que se produz no percurso que vai do sem-sentido em direção ao sentido (ORLANDI, 2003, p. 11).

No modo de dizer o estupro, há um silêncio constitutivo, que retorna ao falar sobre a violência contra a mulher. Da formulação entre “colheu” e o termo “posse de seu território”, há um deslocamento que coloca a violência contra a mulher como um ataque ao corpo, que é metaforizado como território, lugar de onde o rei “colheu”, realizou o estupro, um lugar que era de Tália, mas que foi invadido, desterritorializado pelo desejo/poder do rei.

Esse modo dizer mostra o movimento presente na relação entre o não-sentido e o sem-sentido:

[...] entre o “não-sentido” – que é o não-experimentado, o que ainda não significa mas por uma necessidade histórica poderá a vir a significar – e o “sem sentido”, que é aquilo que já fez sentido e fica menos em um imaginário imobilizado incapaz de significar. Aquilo que já não significa mais. Tornou-se in-significante. (ORLANDI, 2007c, p. 16).

Nessa compreensão, os sentidos de estupro significam numa relação histórica e social. Entretanto, o sentido de “colheu”, bem como o de “estupro”, deveria ficar no

imaginário histórico e social, mas, pelas formulações deslocam sentidos e assim passam a significar nos/pelos diferentes modos de dizer: “colheu”, “posse do seu território”, “estuprou”. São modos distintos de dizer que não apagam, contudo, o sentido de estupro, constituindo-o por semelhanças/diferenças que se marcam pelos modos como o sujeito se relaciona com a violência, como uma negação da violência, ou do significado da violência, ou seja, os modos de dizer o estupro permitem que se produza sentidos marcados no próprio corpo da língua.

Orlandi (2003) apresenta a noção de discurso fundador⁷, que se constitui a partir de uma dada memória, que apaga outros modos de dizer, mas que ainda são significados na materialidade da língua. Para a autora: “O sentido anterior é desautorizado. Instala-se outra “tradição” de sentidos que produz os outros sentidos nesse lugar. Instala-se uma nova “filiação”. Esse dizer irrompe no processo significativo de tal modo que pelo seu próprio surgir produz sua memória” (ORLANDI, 2003, p. 13). Podemos dizer, então, que as paráfrases produzidas sobre o estupro atualizam uma memória que o toma como efeitos do corpo-fruto, corpo-objeto.

Nas definições de estupro pode-se, então, produzir o efeito de suavização da violência, de modo a que o termo ateste a presença da ideologia, em que “[...] o sentido aparece-nos como evidência, como se ele estivesse já sempre lá. [...] Naturaliza-se o que é produzido na relação do histórico e do simbólico.” (ORLANDI, 2007a, p. 46), como se fosse algo natural, algo que é permitido, e ao mesmo tempo algo errado, que é silenciado, em outro modo de dizer a violência.

Nessa direção, os sentidos naturalizados se constituem na formulação analisada, pois, tal como um fruto que está pronto para ser “colhido”, o ato de estupro “colhe” da virgem adormecida/morta a relação sexual, a satisfação do desejo masculino, que, por não haver consentimento, serve apenas para satisfazer a fome de sexo do rei. Somando a isso, o restante da formulação, que se completa com “frutos do amor”, produz efeitos de que o ato foi de amor, o que implicaria no envolvimento de duas pessoas, subsumindo a violência cometida.

Todo o gesto do autor, que se coloca como recorrente em todo o conto, produz efeitos que silenciam, amenizam, suavizam o estupro, colocando-o como um ato de amor. Esse funcionamento subsume ainda, nessa versão do conto, o fato de o rei ser casado, assim, por não ser um príncipe, solteiro, o rei incorre em outro crime: o de adultério. O modo de dizer o estupro produz efeito de minimização, que silenciam “[...] necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada”. (ORLANDI, 2007d, p. 73).

Do ato de estupro, amenizado pelos modos de redizê-lo como amor, é gerado um casal de gêmeos, que, ao nascer, retira da mulher-mãe toda a maldição que ela carrega. Desse modo, a maldição que colocou a princesa em sono/morte permanente não é quebrada pelo beijo inocente de um príncipe, mas pela realização dos desejos carnavais de um rei, na forma de um estupro.

⁷ Segundo Orlandi “O que o caracteriza como fundador – em que quer caso mas precipuamente neste – é que ele cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra. É um movimento de significação importante, diferenciado” (ORLANDI, 2003, p. 13).

Dessa maneira, os filhos são a condição que retira da mulher o pecado, a maldição, marcada em seu corpo, para torná-la pura, mãe. Ou seja, é a maternidade que retira todo o pecado da mulher para dar-lhe a condição de pertencimento, sacralizando-a de modo a torná-la casta, livre de qualquer maldição, de qualquer pecado. É essa condição que torna seu corpo profanado pelo estupro de um adúltero em corpo sagrado, livre de qualquer maldição, daí ser-lhe concedida a condição essencial para viver o esperado e previsível final feliz dos contos de fadas, o dizer que se reverbera no “felizes para sempre”. O corpo significa nesse lugar a “[...] simbolização onde se marcariam os sintomas sociais e culturais desses equívocos – tanto os da língua quanto os da história” (FERREIRA, 2013, p. 78).

Em outras palavras, é o poder do corpo masculino de fecundar a mulher, de lhe dar filhos que a retira da condição de amaldiçoada, proscrita, de destinada a viver presa para sempre em um sono encantado em um castelo. Dessa maneira, a “morte” da princesa metaforiza o amadurecimento para a vida sexual, que deve ficar adormecido/morto até que ela possa gerar a sua prole.

Nessa direção, compreendemos que o beijo que “desperta” a princesa da maldição, nas versões posteriores ao conto de Basile, constitui-se como uma marca, um vestígio significativo para pensar os sentidos de liberação da mulher para o sexo, efeitos do corpo-carne. Assim, os sentidos de posse do homem sobre o corpo feminino deslizaram-se durante séculos de modo a continuar a produzir seus efeitos a atualidade, pois o beijo de um príncipe, de um desconhecido abre a possibilidade, autoriza a mulher para o sexo. São efeitos que se marcam também no ritual do casamento religioso, quando o celebrante autoriza a relação íntima entre o casal com o dizer: “Agora você pode beijar a noiva”, pois o efeito produzido é o de que agora o sujeito-mulher se constitui como posse do sujeito-homem, agora o corpo dela é dele, como um objeto que ele pode dispor ao seu prazer, e, ao mesmo tempo, o desejo do sujeito-mulher fica subsumido.

Pode-se dizer, então, que o beijo roubado, não permitido por uma pessoa autorizada, como o padre, o pastor, abre para a possibilidade da violência, pois o corpo feminino é invadido, tomado como corpo-carne. Nessas situações, a jovem está geralmente vulnerável ou não tem como dizer sim ou não, o que se constitui como violação, pois, nesses casos, o beijo materializa sentidos que privam a decisão da mulher de aceitar ou não os avanços do outro, marcando a relação de dominação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sentidos produzidos pela análise colocam em funcionamento uma relação de poder nos processos de significação, através de comportamentos que marcam na posição sujeito-mulher uma interdição do corpo e da vontade do sujeito-mulher.

Dessa forma, ao observar o modo de dizer o estupro, há sentidos que são silenciados, e outros mostrados, de modo que a violência se marca pela rede de filiações que constituem os sujeitos e os sentidos, na contemporaneidade. Mesmo que as condições de produção do discurso envolvam um olhar diferenciado sobre o estupro, é no olhar das condições de produção de hoje, que se produzem efeitos pautados nos

sentidos de estupro como violência. Nesse processo, instala-se uma nova filiação, por uma atualização da memória, que se constitui nas relações sociais contemporâneas.

Na versão de Basile, poderíamos tomar o fato de “colher os frutos” como uma forma que produz efeitos mais suavizados de dizer sobre o estupro. Entretanto, a violência não deixa de ocorrer, mas é suavizada por outro modo de dizer que marca as condições de produção em cada formulação, assim, os sentidos de estupro estão materializados nesses modos de dizer, ou seja, não é necessário dizer “estupro” para que ele signifique, e, tampouco, que a violência seja totalmente subsumida.

Nessa relação, é no/pelo corpo que esses sentidos se constituem, numa projeção da violência e da interdição, marcados pelos modos de dizer o estupro, sempre de outro modo, como “colheu dela os frutos do amor”, como “posse de meu território”.

Portanto, o estupro é constituído na narrativa como algo naturalmente aceito, como um já dado, natural nos sujeitos-homens, enquanto à mulher cabe a responsabilidade de (não) se deixar capturar no/para o ato, e de silenciar seu desejo, sua vontade.

Com este conto, é possível compreender as mudanças e os deslocamentos de sentidos em relação ao estupro e sua representação, ligada às relações de poder entre os sujeitos, pensando na relação com a contemporaneidade. Há também um processo de negação da sexualidade feminina, em que a personagem Tália não mostra desejo ou prazer, pois, ao ser violentada, está condicionada a viver com o marido e os filhos, silenciando seus desejos, suas vontades.

REFERÊNCIAS

- BASILE, Giambattista. **Sol, Lua e Tália**. (1634). Tradução de Karin Volobuef. Disponível em: http://volobuef.tripod.com/op_basile_sol_lua_talia_kvolobuef.pdf. Acesso em 07 set. 2018.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O corpo como materialidade discursiva.
- REDISCO**. Vitória da Conquista, v. 2. N.1, 2013. p. 77-82. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/redisco/article/view/2697>. Acesso em 14 jul. 2020.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- ORLANDI, Eni P. **Eu, tu e ele**. Discurso e real da história. Campinas: Pontes, 2017.
- ORLANDI, Eni P. **Discurso em análise**: sujeito, sentido e ideologia. 2. Ed. Campinas: Pontes, 2012.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007a.
- ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007b.
- ORLANDI, Eni. 2007c. História, Indivíduo e Sociedade: o sujeito na contemporaneidade. **Anais do III SEAD – Seminário de Estudos em Análise de Discurso**. Porto Alegre: UFRGS, 2007c. Disponível em: <http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/3SEAD/.pdf>. Acesso em 14 jul. 2020.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas: Pontes, 2007d.

ORLANDI, Eni. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

ORLANDI, Eni. (Org.) **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. 3. ed. Campinas: Pontes, 2003.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2. ed. 2 reimp. São Paulo: Contexto, 2015.

SOHN, Anne-Marie. O corpo sexuado. CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História do corpo**: as mutações do olhar – o século XX. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 109-154.

VIGARELLO, George. **História do estupro**: violência sexual nos séculos XVI-XX, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

Artigo recebido em: nov. de 2020.

Aprovado e revisado em: jan. de 2021.

Publicado em: fev. de 2021.

Para citar este texto:

FERNANDES, Fernanda Surubi. Sentidos sobre corpo, estupro e interdição em “Sol, Lua e Tália” **Entremeios** [Revista de Estudos do Discurso, ISSN 2179-3514, on-line, www.entremeios.inf.br], Seção Estudos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), Pouso Alegre (MG), vol. 23, p. 99-111, Edição especial/ 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol23pagina99a111>